

**Multiparcialidade, dialogia e cultura participativa como reação à pós-verdade:
uma abordagem discursiva sobre o jornalismo**

*Multi-partiality, dialogism and participative culture as reaction to the post-truth:
a discursive approach to journalism*

Pedro Henrique Varoni de CARVALHO¹
Francisco Rolsfen BELDA²

Resumo

Dinâmicas das redes sociais têm redefinido práticas jornalísticas, levando à percepção de uma crise em noções como objetividade e imparcialidade. A discussão sobre pós-verdade durante as eleições norte-americanas de 2016 é um sintoma de demandas sociais pela responsabilidade de atores midiáticos em relação às informações divulgadas e da necessidade de um reposicionamento deontológico e epistemológico no campo do jornalismo. No Brasil, esse contexto também envolve a cobertura jornalística da crise política que levou ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. A partir desse quadro, o trabalho procura apontar a pertinência dos valores de multiparcialidade e dialogismo para um reposicionamento conceitual do jornalismo. Assim, é proposta uma aproximação teórica entre os estudos midiáticos da cultura participativa com o campo linguístico discursivo para se refletir sobre formas potencialmente mais democráticas e polifônicas do exercício do jornalismo na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Jornalismo. Dialogia. Cultura participativa.

Abstract

Social network dynamics have redefined journalistic practices, raising the perception of a crisis in notions such as objectivity and impartiality. The post-truth debate during the 2016 American elections is a symptom of social demands for the responsibility of media players in relation to the information disclosed, and of the need for a deontological and epistemological review in the field of journalism. In Brazil, this context also involves the journalistic coverage of the political crisis that led to the impeachment of former President Dilma Rousseff. From this perspective, the paper seeks to point out the relevance of the values of multiparty and dialogism for a

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: pedro.varoni@hotmail.com

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT/Unesp) e do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: belda@faac.unesp.br

conceptual repositioning of journalism. Thus, a theoretical approach is proposed connecting media studies on participatory culture and the discursive linguistic field to reflect on potentially more democratic and polyphonic forms of contemporary journalism practice.

Keywords: Journalism. Dialogism. Participative culture.

Introdução

As transformações no ecossistema de mídias a partir da popularização das redes interconectadas redefiniram o campo do jornalismo, deslocando o seu lugar social: antigas práticas e métodos são insuficientes para as demandas contemporâneas, ao mesmo tempo em que o fluxo de boatos que varre as mídias sociais encontra na tradição jornalística da apuração e responsabilidade pela informação divulgada um capital simbólico a ser atualizado.

Umberto Eco, em entrevista de divulgação de seu último romance, “Número Zero” - cuja tema é um jornal criado não para divulgar notícias, mas para servir de instrumento de chantagem entre grupos econômicos e políticos -, chamava a atenção para a necessidade de reinvenção do jornalismo em meio à inflação informativa de fontes não confiáveis a que somos submetidos cotidianamente.

O jornalismo poderia ter outra função. (...) Um jornalismo que me diga: “Olha o que tem na internet, olha que coisas falsas estão dizendo, reaja a isso, eu te mostro”. (...) Teria que se fazer um jornal que não fosse apenas à crítica da realidade cotidiana, mas também a crítica da realidade virtual. Esse é um futuro possível para um bom jornalismo (ECO, 2015b, *online*)

Numa reportagem da revista *Piauí* sobre o comportamento da mídia na eleição norte-americana que culminou com a vitória de Donald John Trump, Daniela Pinheiro (2016) exercita, de alguma forma, o proposto por Umberto Eco. A repórter entrevista editores e repórteres dos principais jornais do país e também das regiões onde a votação de Trump foi mais expressiva, enquanto discorre sobre a onda de boatos divulgados na internet e sua importância no resultado do processo eleitoral.

O texto permite uma abordagem panorâmica da mídia de tradição impressa americana - do *Washington Post* a pequenos jornais do interior do país - demonstrando,

inclusive, como o investimento no formato digital audiovisual tem sido visto como solução para estancar a queda na circulação. A reportagem é construída com os ingredientes básicos de certa tradição jornalística: apuração plural, capacidade de descrição e avaliação crítica, clareza na expressão do texto. Em meio a um oceano de subgêneros, há cobrança por um jornalismo de matriz cidadã: que objetiva o debate das ideias, investe em formatos investigativos e reafirma sua autonomia diante de interferências econômicas ou políticas, sendo transparente com o leitor. Características que podem restituir ao jornalismo o espaço de responsabilidade pela informação veiculada e de mediação social, intensificadas, como veremos, pelas possibilidades dialógicas interativas das tecnologias em rede.

Revisitando tradições jornalísticas na era da cibercultura

A pergunta que guia a reportagem de Daniela Pinheiro em *piauí* pode ser assim enunciada: por que a imprensa americana foi incapaz de prever o acontecimento da vitória de Trump e, também, de elevar o debate com uma abordagem crítica do processo? Sobre isso, o relato das apurações de Pinheiro (2016) permite identificar os seguintes pontos:

- a) o alto número de compartilhamento de informações falsas divulgadas por sites de notícias (muitos criados no calor da campanha), como, por exemplo, sobre um possível apoio do Papa Francisco a Donald Trump (com quase um milhão de compartilhamentos) ou sobre suposta morte de um investigador que trabalhava na apuração de denúncia de que a candidata adversária, Hillary Clinton, teria se utilizado de e-mail pessoal para divulgar informações de estado;
- b) diante da busca pelo efeito de imparcialidade, os jornais trataram com o mesmo peso a denúncia sobre os e-mails de Hillary e as notícias falsas atribuídas à equipe de Trump: “nunca um candidato mentiu tanto”, disse um editor de política do *Washington Post* (*op.cit.*, p.20), e a imprensa não foi capaz de demonstrar essa situação;
- c) a intensa participação de Trump, desde as primárias, em programas de entrevistas muito populares nos Estados Unidos, deixando-o falar o que quisesse a partir da valorização de seu aspecto caricato: “encarando a candidatura dele

como uma piada e não como um fato consumado” (*idem*); em livro autobiográfico, ele próprio revelara suas táticas de manipulação da imprensa: “se você for um pouco diferente, ou um pouco ofensivo, ou se você fizer coisas meio audaciosas e polêmicas eles vão escrever sobre você (...). Eu mexo com a fantasia das pessoas (...) é por isso que exagero nunca faz mal. Elas querem acreditar no grande, no espetacular, chamo isso de hipérbole verdadeira” (TRUMP, SCHWARTZ, 1988 *apud* PINHEIRO, 2016, p.22);

d) a falta de apuração e de reportagens mais elaboradas pela mídia tradicional sobre as expectativas dos eleitores no interior do país, sobretudo nos estados sulinos.

Vamos nos ater, a princípio, aos dois primeiros pontos: a diferenciação entre boato e informação e o questionamento do valor da imparcialidade ao se tratar de maneira equânime realidades diversas do ponto de vista ético. Esses aspectos sintetizados na reportagem são sintoma de transformações no campo do jornalismo que se tornaram mais visíveis na eleição norte-americana, mas que também se deram a perceber - preservando-se as diferenças de contexto social, econômico e cultural - no Brasil, no período entre as manifestações de junho de 2013 até o desfecho do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Não se trata, neste espaço, de traçar um exame comparativo entre a eleição de Trump e a cobertura midiática da recente crise política brasileira, mas sim de observar que emergiram, nesses dois contextos, posições críticas à cobertura da imprensa relacionadas às mudanças na forma de circulação dos discursos, principalmente a partir das redes sociais. Nossa proposta é, por meio da metodologia da análise do discurso, descrever e interpretar esses enunciados, com base, de um lado, na reportagem de Daniela Pinheiro e, de outro, em alguns tópicos que emergiram nas discussões sobre a agenda midiática no Brasil no período entre as manifestações de 2013 e o impeachment de 2016. As diferenças contextuais se encontram, conforme pretendemos demonstrar, na reflexão sobre o lugar do jornalismo na sociedade em rede, de onde poderão surgir, inclusive, caminhos para contornar uma crise ética que se desenha diante de uma possível tendência contemporânea de tratar de forma indiferenciada o boato e a informação.

No caso brasileiro, a eclosão do jornalismo ativista de veículos como Mídia

Ninja, nas manifestações de 2013, gerou debates importantes sobre novos modelos possíveis de jornalismo baseados nas possibilidades de agenciamento de conteúdos na rede a partir da identificação com causas comuns, em contraponto a noções de isenção, objetividade e imparcialidade que erigiram o discurso das práticas profissionais do jornalismo no século XX (PERUZZO, 2013). De outra forma, as manifestações apontaram também para uma crise de representação da mídia tradicional, que ‘perdeu a pauta’. A vocação mediadora do chamado jornalismo *mainstream* sofreu duas derrotas: o poder de anunciar e mostrar o acontecimento e de ser gestora de contato ao captar o fluxo de informações (FAUSTO NETO, 2013).

A percepção dessa crise no modelo tradicional do jornalismo resultou no convite aos então líderes da Mídia Ninja, Bruno Torturra e Pablo Capilé, para o tradicional programa de entrevistas Roda Viva, produzido pela TV Cultura de São Paulo, poucos dias depois das manifestações³. O que se expôs ali foi, sobretudo, a dificuldade de alguns jornalistas mais experientes em entender a nova lógica de rede, tornando visível a convivência entre antigas e novas práticas, que têm sido objeto de estudos regulares na academia.

Carlos Sandano (2015) atribui essas mudanças no jornalismo a uma tensão entre os valores que originaram a cibercultura - cujo pressuposto é de que as plataformas de comunicação são um meio para a livre expressão, cabendo aos indivíduos a responsabilidade pela informação que produzem - e os da tradição jornalística, baseada nas ideias de filtro, edição, apuração e responsabilidade pela informação. Nesse sentido, o autor também chama a atenção para o papel de experiências como o Wikileaks, uma organização de mídia de fins não lucrativos e que mantém no anonimato fontes interessadas em vazar informações secretas de governos ou corporações, como exemplo de um novo modelo de produção e circulação de dados em rede a partir da colaboração de cerca de 800 profissionais, entre jornalistas, programadores e advogados⁴.

Nesse cenário, eclodiu um debate que opõe partidários dessas práticas emergentes de difusão aos que, diante delas, anunciam a falência do jornalismo compreendido a partir de seu papel de mediador social tal como se constituiu nos séculos XIX e XX. Para defensores do modelo tradicional, experiências ativistas como as da Mídia Ninja e

³ Programa veiculado em 5 de agosto de 2013. Disponível em: <https://youtu.be/kmvgDn-lpNQ>

⁴ Disponível em: <https://wikileaks.org/What-is-Wikileaks.html>. Acessado em 12 fev. 2017.

do Wikileaks não devem consideradas como atividades de jornalismo, em parte por não atenderem à premissa da imparcialidade. Mais identificado com o primeiro grupo, o jornalista Glenn Greenwald, por exemplo, ganhador do prêmio Pulitzer de jornalismo de 2014⁵, identifica como valores básicos da profissão precisão na apuração dos dados e confiabilidade, e não neutralidade ou imparcialidade. Para Greenwald, qualquer prática, “desde a mais estilisticamente objetiva até a mais descaradamente opinativa [não] tem qualquer valor real a menos que seja baseada em fatos, provas e dados verificáveis” (SANDANO, 2015, p. 152).

No programa Roda Viva, questionados sobre a não parcialidade de sua prática jornalística ativista, os integrantes da Mídia Ninja defenderam a ideia da multiparcialidade como um valor possivelmente mais transparente, sobretudo no cenário de crise narrativa da imprensa brasileira: burocratizada, presa a interesses políticos e econômicos que resultam, muitas vezes, na incapacidade de traduzir a complexidade da realidade em pauta. Diante da crise que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff, e nos espaços abertos pela polarização crescente entre a imprensa tradicional, de um lado, e, de outro, a chamada mídia independente, emergiram então outras vozes no meio digital - como o *Nexo Jornal* e as versões brasileiras do espanhol *El País* e do norte-americano *The Intercept*— para trazer novos pontos de vista ao debate, frente a um vazio simbólico caracterizado por certa impossibilidade dos principais periódicos brasileiros sustentarem uma abordagem mais plural, crítica e contextualizada do processo.

As dinâmicas colaborativas em rede são potencialmente ao mesmo tempo as novas ferramentas para a reinvenção do jornalismo e o aspecto deflagrador da crise em relação ao modelo anterior: centrado num núcleo de produção e difusão de informações, com relativo controle sobre sua circulação. É esse modelo que legitimou e institucionalizou o campo jornalístico na sociedade ocidental, fazendo dos comunicadores tanto manipuladores quanto manipulados, conforme a já clássica caracterização de Pierre Bourdieu (1997).

O advento da cultura participativa digital, intensificada a partir do século XXI,

⁵ Pulitzer Prize for Public Service, atribuído em função de uma série de reportagens investigativas sobre ações de espionagem global da Agência de Segurança Americana (U.S. National Security Agency, ou NSA, na sigla em inglês) publicadas pelo jornal britânico *The Guardian* e pelo norte-americano *The Washington Post*), com base em dados sensíveis vazados por Edward Snowden, ex-prestador de serviços da NSA.

derrubou as barreiras entre a produção e a recepção de conteúdo (JENKINS, 2014): os cidadãos não só transformam o texto inicial produzido pelos jornalistas -apontando lacunas, corrigindo informações, indicando adendos informativos e contrapontos críticos - como também o ajudam a construir e ampliar sua circulação, através do compartilhamento e do agenciamento em redes, num processo que passou a ser chamado de super-distribuição (COSTA, 2014). Fazer jornalismo na contemporaneidade é também monitorar e regular esses fluxos de transformação constante da informação divulgada. A lógica da multiparcialidade se relaciona à construção conjunta possibilitada pelas novas tecnologias, ampliando o debate para além do núcleo de produção, alinhada, assim, com a cultura da convergência descrita por Jenkins *et al.* (2014).

Depois das reações negativas que imputaram ao Facebook parte da responsabilidade pela eleição de Trump pela forma como a rede social trata de maneira equânime informações verdadeiras ou falsas, foram anunciadas pela empresa, não por acaso, ações de valorização do jornalismo e a criação de novas ferramentas para identificar e sinalizar a credibilidade e a confiabilidade das notícias que circulam na rede⁶, vindo a se somar a iniciativas já mantidas também com apoio do Google e de entidades internacionais como o First Draft⁷, o Trust Project⁸ e a International Fact-Checking Network, ligada ao Poynter Institute for Media Studies⁹.

Emergência da pós-verdade como fenômeno discursivo

Em meio às discussões sobre a necessidade de distinção entre o verdadeiro e falso na internet emergiu o significante da pós-verdade, ou *post-truth*, escolhida como palavra do ano em língua inglesa pela Oxford Dictionaries, uma divisão da Oxford University Press¹⁰. Ela seria a expressão da ideia de que os fatos objetivos têm menor influência para moldar a opinião pública do que apelos à emoção ou crenças pessoais.

É possível interpretar o acontecimento da pós-verdade como um enunciado

⁶ Disponível em: <https://media.fb.com/2017/01/11/facebook-journalism-project/>. Acessado em 10 fev. 2017

⁷ Disponível em: <https://firstdraftnews.com/about/>. Acessado em 10 fev. 2017

⁸ Disponível em: <http://thetrustproject.org/>. Acessado em 10 fev. 2017

⁹ Disponível em: <http://www.poynter.org/category/fact-checking/>. Acessado em 10 fev. 2017

¹⁰ Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year>. Acessado em 22 jan. 2017

foucaultiano - é ligado a um referencial, tem um domínio associado com outros enunciados e é produzido por um sujeito do discurso (FOUCAULT, 2004). A descrição de um enunciado não se dá, portanto, de maneira isolada, mas como uma função num campo de coexistência. Há, nessa perspectiva, outra camada de sentido na ideia da pós-verdade para além da constatação de que as pessoas aceitam informações falsas desde que reforcem suas crenças e ideologias. Trata-se da evidência da não transparência da linguagem que orientou muito das discussões na virada linguística de final dos anos 1960 na França, resultando na configuração de um novo campo de estudos, a análise do discurso, a partir, sobretudo, das ideias de Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Pela teoria do discurso, considera-se que há uma determinação ideológica capaz de definir tanto os gestos de expressão como de interpretação do mundo por parte do sujeito. Não há descrição sem interpretação. Logo, não há objetividade ou neutralidade na prática jornalística; esses adjetivos sugerem, portanto, tão somente efeitos de linguagem. Nesse sentido, a crise do jornalismo e a emergência do que se denomina pós-verdade podem ser pensados também como um momento em que se torna evidente a constatação da impossibilidade da imparcialidade nas narrativas da imprensa.

As reflexões de Foucault (2013) levaram-no a retomar, a partir de Nietzsche, a ideia da “vontade de verdade” como expressão das lutas de poder institucionais, políticas, econômicas para enquadrar o real¹¹. A verdade, alerta-nos o filósofo, é relativa e está circunscrita às formações discursivas, enquanto espaços simbólicos atravessados pelas relações entre discursos e práticas que determinam tanto a visão de mundo do sujeito quanto os limites do que pode, de fato, enunciar. Também os relatos jornalísticos expressariam, assim, desde sua origem discursiva, antes vontades de verdade do que uma descrição pura de acontecimentos.

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (FOUCAULT, 2013, p. 19).

¹¹ A discussão do problema da verdade, e especialmente da vontade de verdade em oposição a uma vontade de potência, permeia diversos textos da obra do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900). Trata-se, em sua perspectiva, de uma busca incessante e necessária à moral humana —mas também enganosa— pela segurança de uma estrutura fixa de representação da realidade que se oponha à impossibilidade última de se reter uma percepção correta do mundo.

Há, portanto, dois possíveis sentidos para a emergência do enunciado da pós-verdade. Um se refere à incapacidade de diferenciação, nos fluxos de informação nas redes, dos relatos que se baseiam em acontecimentos daqueles inventados, sobretudo com finalidades políticas e de luta pelo poder. Diante desse contexto, caberia ao jornalismo se reconfigurar tanto nos procedimentos deontológicos quanto epistemológicos para legitimar esse lugar, que, em alguma medida, foi seu nos séculos XIX e XX; mas agora numa outra perspectiva. É neste sentido, por exemplo, que se projetam iniciativas como aquelas dedicadas a mapear atributos de confiabilidade próprios da reportagem jornalística e, com isso, instituir critérios de verificação e checagem de fatos capazes de distinguir informações qualificadas de boatos, notícias falsas e outros gêneros de conteúdo enganoso que passaram a proliferar no ambiente caótico das mídias sociais e das redes em geral.

O segundo sentido da pós-verdade se refere à circulação e recepção desse conteúdo, diante do qual as crenças e ideologias do sujeito - que não é mais apenas o receptor passivo de informações no modelo da mídia tradicional— determinam o que ele vai considerar, avaliar, compartilhar, comentar ou, em outras palavras, (re)colocar em circulação. É esse novo ecossistema de mídia que trouxe à tona algo já praticado na relação das pessoas com as informações. No entanto, como eram reduzidas as possibilidades do receptor se manifestar, as reações eram até então restritas aos ambientes físicos onde essas pessoas se inseriam.

É, portanto, a partir desse segundo sentido da expressão que se pode pensar numa aproximação entre a ideia nietzschiana de vontade de verdade, conforme tratada por Foucault, e a pós-verdade como significante das lutas de saber e poder que se travaram, no campo jornalístico, tanto nas últimas eleições norte-americanas como no processo político brasileiro mais recente e que, de certa forma, atravessam a história das relações entre produção e recepção de conteúdo no âmbito da comunicação midiática.

O valor jornalístico colocado em cheque nesses recentes acontecimentos (eleição de Trump e impeachment de Dilma) é o da imparcialidade. Jornalistas como Glenn Greenwald, por exemplo, situam a discussão sobre a imparcialidade não como pilar ético ou deontológico do jornalismo, mas como um efeito de linguagem de seu modo peculiar de mediação. A forma como as manifestações de junho surpreendeu a chamada grande mídia e as discussões entre os representantes da Mídia Ninja e os jornalistas

tradicionais - de onde emerge mais recentemente, neste contexto, a ideia da multiparcialidade¹² - sinalizam um descompasso entre o real da história e o real da língua, conforme a clássica síntese proposta por Michel Pêcheux (1981). O efeito de imparcialidade que, no plano da linguagem, guia o discurso da mídia tradicional revelou sua impostura, algo que se intensificou no processo de impeachment, quando os setores mais à esquerda do espectro político identificaram na “mídia golpista” a construção da narrativa do golpe. A máscara da imparcialidade caiu; mas, em tempos de pós-verdade, talvez mais para aqueles que já não acreditavam nela e viram nos acontecimentos uma explicitação de suas crenças. Assim como aqueles que identificam a corrupção como prática circunscrita ao governo petista no Brasil tiveram sua verdade confirmada pela narrativa predominante na grande mídia. Em meio a essas dicotomias, os fluxos dos discursos produziram acontecimentos, tanto na eleição de Donald Trump quanto no impeachment de Dilma Rousseff.

O terceiro e quarto pontos observados no texto de *piauí* como decisivos para a eleição de Trump - o fato de a mídia privilegiar o aspecto caricato do candidato nas primárias, enquanto ele utilizava as aparições a seu favor e a pouca atenção dada aos interesses e pensamentos do eleitorado do interior do país— indicam o predomínio de uma ordem da espetacularização, da banalização. A autocrítica revela a demanda por mais densidade nas pautas jornalísticas. Ao tratar a candidatura como piada e não investir em abordagens sobre as expectativas do eleitorado, o jornalismo norte-americano teria sido vítima de sua própria superficialidade e de seu alheamento em relação à política real. Manobra que interessa aos autoritarismos, como se pode deduzir do manual escrito por Trump para lidar com a imprensa através do que ele denomina “hipérbole verdadeira” (PINHEIRO, 2016, p.22): distrair o público e esvaziar o debate político é a estratégia que se coaduna com o jornalismo raso, peça subserviente da engrenagem.

¹² A noção de multiparcialidade como abordagem pluralista e de superação do paradigma da neutralidade em processos de mediação tem tradições paralelas em estudos de direito, pedagogia social, psicanálise e administração, sobretudo nas perspectivas de diálogo intergrupal, negociação e solução de conflitos. A definição do termo varia conforme seu contexto de uso, incluindo noções como a da posição de um mediador que toma partido não em favor uma (parcialidade) ou nenhuma das partes envolvidas (imparcialidade), mas sim de múltiplas partes, ou, de modo mais amplo, como uma ação de diálogo que visa um balanceamento entre as múltiplas vozes ou identidades envolvidas na interlocução, visando equalizar suas potencialidades de representação. Ver, por exemplo, Janet Rifkin, Jonathan Millen e Sara Cobb, "Toward a New Discourse for Mediation: A Critique of Neutrality", *Mediation Quarterly*, 9(2), 1991, pp.151-164.

Dialogia e um novo lugar para o jornalismo: um retorno à Bakhtin

Como, então, diante da constatação tanto da perda de espaço de mediação como da demanda por um campo que certifique a autenticidade das informações e proporcione um debate mais plural de ideias, o jornalismo poderia se reinventar no novo ambiente do ecossistema midiático?

Carlos Sandano (2015) propõe uma atenção aos aspectos deontológicos e epistemológicos da profissão, sobretudo através da relação entre o intergrupo - o ambiente expandido das redações, onde estão os repórteres, seus pares, chefes e padrões— e o extra grupo - o público mais amplo que vai se relacionar com as notícias produzidas. Ao fazê-lo, retoma o pensamento do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, cuja obra produzida no início do século XX na Rússia, foi redescoberta na França nos anos 1960. O valor epistemológico referencial do jornalismo deixaria de ser “a descrição do real e passa a ser o da efetivação do espaço de dialogia” (SANDANO, 2015, p.143). No antigo modelo - ainda não de todo superado -, havia uma predominância deontológica dos valores do intragrupo sobre os temas do debate em jogo. No novo ecossistema - tampouco ainda completamente instituído -, a interação pode determinar outras possibilidades narrativas que podem encontrar na dialogia bakhtiniana um referencial teórico-metodológico.

A dialogia, síntese do pensamento bakhtiniano, trabalha os aspectos responsivo e prospectivo da linguagem. Todo enunciado é social e responde a outros que lhe são anteriores ou aparece como reação presumida de algo ainda a se manifestar (BAKHTIN, 1990). Não se deve tomar dialogia como sinônimo de consenso, alerta-nos Faraco (2003). O diálogo no contexto bakhtiniano é pensado como reação do eu ao outro, como reação da palavra a outra palavra, como ponto de tensão entre círculos de valores e forças sociais.

O valor da objetividade jornalística, assim como a crença em sua neutralidade, é monológico, enquanto o da multiparcialidade sugere uma pluralidade de perspectivas baseadas na tolerância e empatia, ainda que comprometida com o rigor da informação. No curto período entre as manifestações de 2013 e o impeachment de Dilma predominou, à esquerda e a direita, produções jornalísticas dirigidas a um público

homogêneo numa única perspectiva, tornando evidente a falência de certo modelo de narrativa jornalística. No processo que culminou com a eleição de Trump, a mídia oscilou, como vimos, entre o tom caricato e humorístico do personagem político e o tratamento equânime - sob a égide da imparcialidade - de questões diversas do ponto de vista ético.

Para Sandano (2015), empatia e tolerância não são valores deontológicos, mas desafios situados no campo epistemológico, pensado, conforme Morin (2008), não como centro da verdade, mas lugares de trânsito no movimento de produção do conhecimento por meio de buscas sucessivas, de verdades parciais em verdades parciais. É nesse sentido que podemos considerar a possibilidade de um aporte teórico da teoria do discurso para responder às inquietações trazidas pelo real histórico ao campo do jornalismo, em conjunto com os estudos midiáticos relativos à cultura participativa transmídia (JENKINS, 2014).

Analisar o discurso é explicitar as estratégias, descrever as constituições dos diferentes sujeitos e perceber a presença do não dito no que é efetivamente enunciado. Esse dispositivo teórico-metodológico tem sido utilizado de maneira frequente por linguistas e jornalistas para estudar conteúdos midiáticos. Os procedimentos desse campo teórico são bastante próximos do proposto por Sandano (2015, p.163-164) acerca de uma nova construção identitária para o jornalista na sociedade contemporânea: “[seu] ethos não está na metáfora do espelho ou do ‘cão de guarda’ da democracia, mas no movimento polifônico e polissêmico de ir ao encontro de diferentes sujeitos, relatando as relações complexas que eles estabelecem entre si e os muitos significados que daí se podem extrair”.

A metáfora do espelho se refere à ideia da linguagem como representação transparente do real (sustentáculo do discurso da objetividade jornalística). Já a do cão de guarda diz respeito ao poder de filtrar as informações para garantir a continuidade do processo democrático na sociedade (paradigma dos antigos modelos de mídia baseados em dois polos: produção e recepção). Dar conta do fluxo polifônico e polissêmico é algo que se pode alcançar considerando, de um lado, a informação como construção conjunta e participativa e, de outro, refinando a percepção dos diferentes interesses e relações que movem os discursos.

Considerações finais

A polissemia surge nos estudos bakhtinianos a partir da interpretação da literatura de Fiódor Dostoiévski, sugerindo o aspecto de realidade em formação, não acabamento, dialogismo, em contraposição ao fechamento autoritário de textos de aspectos monológicos (BAKHTIN, 2002). Há, nessa perspectiva, a substituição da relação sujeito-objeto para sujeito-sujeito. O que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes no processo dialógico. Apesar de se filiar a uma ordem do discurso marxista, Bakhtin reconhece no capitalismo o ingrediente para a emergência da polifonia, justamente pelo grande número de conflitos gerando vozes que resistem à estratificação social.

Há, portanto, uma atualidade no pensamento de Bakhtin para se pensar tanto os fluxos polifônicos em rede quanto os fechamentos em pós-verdade dos inúmeros grupos no coro de vozes da contemporaneidade. Assim, polifonia e dialogismo se complementam como categorias para se pensar a prática contemporânea do jornalismo. Algo que intuitivamente já caracteriza o trabalho dos grandes repórteres. Os jornalistas do modelo tradicional, acostumados a lidar com poderes e resistências, desenvolvem no campo deontológico seus próprios métodos dialógicos. Nesse cenário, há uma expansão dos valores do intragrupo que deixam de ser determinados apenas pelo ambiente corporativo e cultural das redações para agregar os receptores que transformam o conteúdo, como observa Jenkins *et al.* (2014).

As salas de imprensa ainda estão se debatendo para tentar entender quais podem ser seus novos papéis nesse ambiente em que a exigência por informação pode ser instigada por afetos e formatada pelo que acontece nas (e com as) comunidades on-line, em que os cidadãos podem cobrar o que os jornalistas devem cobrir e ainda reunir suas próprias informações recorrendo a uma diversidade de fontes quando os meios jornalísticos tradicionais de notícias não fornecem as informações desejadas ou necessárias (JENKINS, 2014, p.71).

Encontramos cotidianamente na rede manifestações acerca da demanda por um jornalismo mais politizado, buscando o debate das ideias e a apuração de perguntas que continuam sem respostas, como no trecho abaixo, retirado de uma postagem no Facebook:

Li por ai e assino embaixo. Não estou interessado na peruca do Eike, no rivotril do Cabral ou na depressão da mulher dele. Quero saber da morte do Teori, da delação da Odebrecht (950 depoimentos de 77 executivos - pronta há meses) [...] Das 43 menções ao golpista Temer nas delações e seu cheque propina nominal [...] do suicídio do policial Lucas Arcanjo em BH. Da prisão do jornalista Marco Aurélio Carone por 9 meses em BH.¹³

No mundo real, onde estão as redações atingidas pela dupla crise vivenciada na imprensa brasileira - do contexto econômico e da transformação no ecossistema de mídia que desmonta as formas tradicionais de sustentação financeira dos veículos—, uma parte da solução pode estar num diálogo mais aberto com a cultura participativa dos novos ecossistemas de mídia, que cria também possibilidades à margem das grandes corporações, em novos formatos empreendedores.

Há, entretanto, um exemplo trazido na reportagem de Pinheiro (2016) que explicita essas novas possibilidades de apuração e construção de narrativas investigativas. O repórter David Fahrenthold, do *Washington Post*, descreve sua mudança de procedimentos numa apuração sobre as contribuições filantrópicas de Donald Trump. Depois de tentativas, sem sucesso, de obter dados com a assessoria do candidato, Fahrenthold teve uma ideia contrária à prática tradicional da profissão por receio de revelar a pauta: publicar o passo-a-passo de sua apuração no Twitter e pedir publicamente, nas mídias sociais, informações sobre as instituições beneficiadas. A resposta veio com dados a demonstrar como o candidato fraudou declarações de filantropia, resultando numa reportagem viralizada na internet e que se destacou em meio a uma cobertura, em geral, pouco crítica do processo.

Práticas como essa são reproduzidas cotidianamente e começam a configurar uma nova relação dialógica entre os valores do intergrupo e do extragrupo jornalístico. Muitas das respostas cobradas no post do Facebook acima citado, por exemplo, poderiam ser buscadas através desse caminho. O jornalismo deixa de ser, assim, o lugar simbólico do espelho ou do cão de guarda da sociedade para se colocar como mediação das relações intergrupos - espaços não só, como vimos, das identificações colaborativas, mas dos preconceitos. Num mundo em que os muros simbólicos e físicos são construídos, cabe ao jornalismo também se redefinir como uma ponte, que, se não nos

¹³ Optamos por não identificar a fonte do comentário por ser uma publicação privada em página do Facebook de autoria original desconhecida.

leva até a verdade, permite, de alguma forma, dialogar com suas possibilidades de aproximação. Nas palavras de Giorgio Agamben (2012, p.106), “[é] importante que a representação pare um instante antes da verdade; por isso, só é verdadeira a representação que representa também a distância que a separa da verdade”.

Umberto Eco, morto pouco antes da eleição de Donald Trump, não alcançou a emergência da pós-verdade como palavra do ano na língua inglesa. Mas sua fala sobre o novo lugar do jornalismo antecipou o tema que iria eclodir com força no processo eleitoral americano. Mas ambos os enunciados - o da pós-verdade e o lugar do jornalismo como filtro de informações no mundo virtual— apontam para um mesmo lugar: o esgotamento de um modelo de jornalismo que denuncia o surgimento de outro.

A dinâmica dessas mudanças deontológicas pode encontrar nos estudos linguístico-discursivos e na cultura participativa de matriz cidadã referências para se alcançar uma relação sujeito-sujeito nos processos de produção e circulação das informações. Nesse sentido, os acontecimentos recentes nos Estados Unidos e no Brasil sugerem pontos complexos que merecem ampla discussão, com a qual se procura, aqui, contribuir.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Ideia da prosa**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1990.

BOURDIER, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni. *In: Revista piauí*: acontecimento no arquivo de brasilidade. Aracaju; Edunit, 2014.

COSTA, Caio Túlio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. *In: Revista de Jornalismo ESPM*. n.9, 2014.

ECO, Umberto. Entrevista concedida a Juan Cruz. A Internet pode tomar o lugar do mau jornalismo. *In: El País*, 30 mar. 2015a.

_____. **Número Zero**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2015b.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Loyola. 2013.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. Trad. Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

MORIN, Edgar. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

FAUSTO NETO, Antônio. “TV e processos observacionais das manifestações de 2013: mensagens em acesso, mas sem o ir adiante da escuta”. **Cadernos de resumos**, 24^o Encontro Nacional Compós, 9-12 jun. 2015, Universidade de Brasília e Universidade Católica de Brasília. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo, 2014¹⁴.

PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. *In*: **Língua e instrumentos lingüísticos**. Campinas: Pontes, 1981. pp. 7-12.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Social movements, virtual networks and alternative media in June when the giant awakened. *In*: **Matrizes**. São Paulo, v.7, n.2, Jul/Dec, 2013. pp.1-26.

PINHEIRO, Daniela. O jornalismo Pós-Trump. *In*: **Revista piauí**, n.123, dez. 2016. pp.18-27

SANDANO, Carlos. **Para além do código digital, o lugar do jornalismo num mundo interconectado**. São Carlos: Edufscar, 2015.

TRUMP, Donald J., SCHWARTZ, Tony. **Trump, a arte da negociação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

¹⁴ Texto integral disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/texto_compos2015_2904.pdf
Acessado em: 20 jan 2017.